

## Em torno da escolha do manual didáctico de História: opções de professores

Olga Magalhães<sup>1</sup>

### Introdução

Em Portugal, o processo de escolha e adopção de manuais didácticos é uma tarefa que compete aos professores, em cada agrupamento escolar e relativamente a cada área disciplinar. A comunicação visa explicitar os critérios e constrangimentos legais existentes e apresentar dados relativos à forma como professores de História realizam as suas opções por manuais didácticos.

Trata-se de dados preliminares de um estudo que procura compreender as motivações e critérios que presidem às escolhas dos professores, identificando também algumas das suas ideias relativamente aos usos e à importância do manual escolar. A amostra é constituída por professores de História do ensino básico e secundário a leccionar em escolas de Évora/Portugal.

### Breve enquadramento histórico

O processo de escolha de manuais insere-se nas competências atribuídas aos professores e sofreu alterações profundas ao longo dos anos. Convém recordar que, em Portugal, vigorou durante longos anos o sistema de livro único<sup>2</sup>, isto é, o Ministério da Educação aprovava um manual por disciplina, que era adoptado em todas as escolas do país para um determinado ano de escolaridade. Estávamos no Estado Novo e a escolaridade obrigatória tinha duração de apenas quatro anos. Somente nos anos 60 do século XX, e na sequência da aplicação de princípios decorrentes da análise da

---

<sup>1</sup> Universidade de Évora/CIDEHUS. E-mail: omsm@uevora.pt

<sup>2</sup> O livro único para as disciplinas de História de Portugal, História Geral e Filosofia foi institucionalizado na sequência da chamada reforma Carneiro Pacheco, de 1936, que também definiu com clareza a visão e o papel da História que deveria ser ensinada (Cf. CARVALHO, 1996; DINIZ, 1983; MAGALHÃES, 2002, NÓVOA, 1996).

situação da escola e do sistema educativo português realizada em cooperação com a O.C.D.E. (o chamado *Projecto Regional do Mediterrâneo*), o livro único foi abandonado e o Ministério da Educação passou a autorizar a existência de um número reduzido de manuais por disciplina, cabendo aos professores a escolha do manual a adoptar.

Também no que se refere aos manuais escolares, a Revolução de 1974 trouxe alterações importantes, uma vez que todo o sistema educativo foi objecto de profundas transformações que visavam adequá-lo à nova realidade política. Para a disciplina de História, foram introduzidas linhas orientadoras que visavam ao abandono das visões nacionalistas e a uma aproximação à história económica e social (cf. HENRIQUES, 2000; MAGALHÃES, 2002), tendo os manuais sido substituídos, numa primeira fase, por colectâneas de textos historiográficos e fontes documentais.

Depois de uma primeira fase de maior radicalização política nos anos de 1974/75, em que os programas de História seguiam uma orientação dialéctica de raiz marxista, estes “cadernos de apoio ao professor” consagravam uma proposta metodológica de abordagem dos conceitos e conteúdos históricos inspirada na produção historiográfica da “escola dos *Annales*” e na ideia de “complexo histórico-geográfico”. Somente depois da “normalização” do processo político, da aprovação da nova Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de outubro) e da reforma dos planos de estudos e programas, consubstanciada pelo Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de agosto, se pode falar verdadeiramente de uma estabilização do sistema educativo português.

No que se refere aos manuais escolares, o fim do livro único e os tímidos ensaios de diversificação dos anos 60 deram lugar, nos anos 80 do séc. XX, a uma verdadeira proliferação de manuais escolares disponíveis para análise. A tarefa de analisar e optar por um ou outro livro didáctico tornou-se cada vez mais complexa, sendo os professores confrontados com um número muito elevado de manuais para análise em períodos de tempo relativamente escassos. Esta situação era ainda agravada pelo facto de todos os anos lectivos se ter de proceder à escolha dos manuais a adoptar, uma vez que o seu prazo de vigência era de apenas um ano.

Os próprios editores escolares procuravam também, ano a ano, introduzir alterações nos seus produtos, tornando-os mais atractivos e/ou mais adequados aos

anos de escolaridade a que se destinavam. Assistiu-se, igualmente, a uma melhoria acentuada, embora não generalizada, da qualidade gráfica dos livros didáticos e à diversificação dos materiais propostos para trabalho com os estudantes em sala de aula,

Aos poucos e poucos, foram sendo criados mecanismos legais de controlo da qualidade dos manuais em circulação, bem como critérios e procedimentos oficiais para a escolha dos manuais a adoptar pelas escolas, nomeadamente instrumentos de análise, concebidos pelo Ministério da Educação e enviados às escolas. Também os períodos de vigência dos manuais foram sendo progressivamente alargados, primeiro para dois anos e depois para quatro anos.

No ano lectivo de 1996/1997, o Ministério da Educação toma a iniciativa de lançar um debate nacional sobre o currículo, a que chama *reflexão participada sobre os currículos do ensino básico*. Em função dos debates e reflexões públicas, torna-se visível uma vontade política de reorganizar o ensino básico, numa lógica de substituir um currículo nacional prescritivo por uma adequada gestão flexível do currículo, visando à alteração das práticas docentes e introduzindo a noção de “*competências*”. Subsequentemente, o Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de janeiro, procede à reorganização do ensino básico, procurando promover uma maior articulação entre os seus três ciclos, quer do ponto de vista curricular, quer do ponto de vista da avaliação das aprendizagens.

Embora esta reorganização curricular não tenha de imediato sido seguida pela revisão dos programas escolares, ela foi acompanhada da publicação de um documento – *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais* – que implica uma revisão geral das metodologias de abordagem dos programas, nomeadamente a possibilidade de uma gestão mais flexível dos conteúdos e uma maior preocupação com o desenvolvimento de competências e, conseqüentemente, dos manuais escolares, que agora terão de se adequar à lógica de um ensino centrado na aquisição e promoção de competências específicas e transversais, entendidas num sentido muito amplo.

Nesta lógica, os editores de livros escolares procuram fornecer aos docentes manuais que lhes permitam organizar um ensino virado para a promoção de

competências, diversificando as propostas de actividades e os materiais disponibilizados. Os próprios editores começam a evidenciar preocupações com os materiais que produzem e começam a procurar garantir a sua qualidade. É nesse sentido que procuram, nomeadamente junto das instituições de ensino superior, garantir o concurso de especialistas que avalizem as obras produzidas.

Por outro lado, ao nível da divulgação dos manuais escolares junto dos professores, os editores começam também a promover sessões de apresentação dos seus livros didácticos, com a presença dos autores. Estas sessões de apresentação, realizadas fora das escolas e dirigidas aos professores de cada disciplina ou grupo disciplinar, são por vezes acompanhadas de “oficinas de formação”, destinadas a familiarizar os docentes com as metodologias e propostas presentes no manual.

Finalmente, a Lei nº 47/2006 criou o regime de avaliação, certificação e adopção de manuais escolares.

A lei procura desde logo clarificar o que se entende por manual escolar:

O recurso didáctico-pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino e aprendizagem, concebido por ano ou ciclo, de apoio ao trabalho autónomo do aluno [...], apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos programas em vigor, bem como propostas de actividades didácticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor.

(Lei nº 47/2006, artigo 3º, alínea b)

e determina igualmente um período de vigência de, em regra, seis anos para cada manual adoptado, a menos que a celeridade da evolução do conhecimento torne necessária a diminuição desse período.

Para a certificação da qualidade dos manuais, a lei indica que devem ser ponderados:

- a) Rigor científico, linguístico e conceptual;
- b) Adequação ao desenvolvimento das competências definidas no currículo nacional;
- c) Conformidade com os objectivos e conteúdos dos programas ou orientações curriculares em vigor;

- d) Qualidade pedagógica e didáctica, designadamente no que se refere ao método, à organização, à informação e à comunicação;
- e) Possibilidade de reutilização e adequação ao período de vigência previsto;
- f) A qualidade material, nomeadamente a robustez e o peso.

(Lei nº 47/2006, artigo 11, nº 1)

Esta Lei foi posteriormente regulamentada, em 2007, pelo Decreto-Lei nº 261/2007, que, no seu preâmbulo, considera que

A avaliação e a certificação dos manuais escolares, integrada no procedimento conducente à sua adopção pelos estabelecimentos de ensino, constitui um contributo significativo para a promoção da qualidade do ensino e do sucesso educativo, permitindo suprir as deficiências do anterior regime de adopção de manuais e satisfazer uma das principais responsabilidades do Estado na prossecução do interesse público – qual é assegurar que nenhum manual desadequado ao currículo em vigor ou com erros ou deficiências seja instrumento da aprendizagem dos alunos.

(Decreto-Lei nº 261/2007, preâmbulo)

Este Decreto-Lei estipula ainda que o regime de avaliação e certificação de manuais deve entrar em vigor para as adopções de manuais para o ano lectivo de 2008/2009 (no que se refere ao ensino básico) e prevê os procedimentos que devem ser observados para manuais já adoptados, nomeadamente para a disciplina de História.

Em 2008, o Despacho nº 415/2008, ME/GSEAE, determina os prazos e trâmites que os editores de manuais didácticos têm de obedecer para submeter os seus livros ao processo de avaliação e certificação. Determina igualmente, no seu artigo 6º, que as escolas “só poderão adoptar os manuais escolares [...] que constem da lista”, publicitada pelo Ministério da Educação. Finalmente, remete para o ano de 2010/2011 a certificação de manuais escolares para o ensino secundário.

## **O estudo**

O presente trabalho é um estudo preliminar, que visa contribuir para a compreensão das ideias de professores quando confrontados com a tarefa de escolher o manual de História a adoptar para o ensino básico (fundamental) ou para o ensino secundário (médio).

A amostra, de conveniência (VILELAS, 2009), foi constituída por quatro professoras e um professor de História, em exercício de funções em escolas públicas do Alentejo e com uma experiência profissional entre os 12 anos e os 23 anos de serviço.

Os dados foram recolhidos através da realização de entrevistas semiestruturadas, que decorreram no mês de maio de 2010. Os participantes neste estudo se disponibilizaram para conceder estas entrevistas, considerando que este é um tema que os tem preocupado no exercício das suas funções profissionais<sup>3</sup>. As entrevistas foram realizadas pela investigadora nos locais de trabalho dos entrevistados e também na Universidade de Évora.

Através destas entrevistas, cada uma com a duração de cerca de cinquenta minutos, procurou-se averiguar os procedimentos e os critérios utilizados pelos professores e professoras no momento da tomada de decisão quanto ao manual a adoptar para um determinado ano de escolaridade.

## **Análise dos dados**

A análise dos dados permitiu constatar que estes professores se socorrem fundamentalmente da sua experiência profissional para análise e escolha dos manuais, embora refiram também que, habitualmente, aplicam também os instrumentos de avaliação fornecidos pelo Ministério da Educação.

---

<sup>3</sup> Não posso deixar de publicamente agradecer aos docentes que acederam conceder estas entrevistas, numa altura razoavelmente complicada do trabalho nas escolas, com a aproximação do final do ano lectivo e a realização de provas de avaliação.

No entanto, a análise dos dados revelou de imediato uma linha de demarcação quanto à natureza das preocupações dos professores inquiridos. De facto, os dados indiciam que o nível de escolaridade a que o manual se destina determina o foco de análise que preside às escolhas.

Ensino básico – quando a escolha se refere aos manuais do ensino fundamental, estes professores preocupam-se fundamentalmente com os aspectos físicos do manual:

*Quando penso no ensino básico, tenho em atenção o contexto socioeconómico da escola<sup>4</sup>, o tempo lectivo disponível, o facto de o manual ser sintético, se tem caderno de actividades, se não é demasiado pesado. As imagens, o aspecto gráfico é muito importante, tem de ser atractivo para os alunos.*

Joana, 23 anos de experiência profissional

Numa segunda fase de apreciação, surgem então as questões relacionadas com os conteúdos:

*Deve ter uma linguagem adequada e diversidade de documentos (escritos, iconográficos, mapas, gráficos), não pode ter erros científicos e deve ter um texto bem estruturado.*

Joaquim, 22 anos de experiência profissional

Já Maria, com pouca experiência no ensino básico porque lecciona sobretudo no ensino secundário, não hesita em considerar que

*Os manuais estão cada vez mais infantilizados, o que talvez tenha a ver com as práticas do [ensino] básico,*

Maria, 20 anos de experiência profissional

o que é corroborado por Joana, que está convicta de que

*se utilizasse agora os testes que fazia há 20 anos, os alunos não saberiam responder.*

Joana, 23 anos de experiência profissional

No entanto, Raquel afirma que

---

<sup>4</sup> Importa lembrar que em Portugal os manuais didáticos constituem um encargo financeiro para as famílias, uma vez que o Estado não os distribui gratuitamente. Esta questão implica que os professores procurem assegurar manuais que, para além da sua qualidade científica e gráfica, tenham também uma boa relação qualidade/preço. Por outro lado, muitos professores consideram que é quase uma “obrigação” utilizar o manual nas suas aulas, dado que ele representou um custo apreciável para as famílias.

*[mesmo para o ensino básico] prefiro adoptar um manual que seja rico, quer em texto, quer em documentos, rigoroso cientificamente e que dê provas de que com ele posso fazer um bom trabalho.*

Raquel, 22 anos de experiência profissional

Uma questão que também é referenciada como problemática tem a ver com a dificuldade de avaliar correctamente e completamente um manual antes da sua utilização efectiva em sala de aula. Estes professores consideraram que, com frequência, a prática acaba por demonstrar que um manual, aparentemente de boa qualidade, se revela no dia a dia das aulas como inadequado para um bom trabalho com os alunos.

Em síntese, estes professores, quando pensam nos livros didácticos para o ensino básico, privilegiam os aspectos relacionados com a atractividade e a qualidade gráfica, o peso e a facilidade de manuseamento, não descurando, no entanto, a necessidade de assegurar a correcção científica dos conteúdos apresentados.

Passando agora às opiniões expressas relativamente aos manuais para o ensino secundário, o primeiro traço relevante é a afirmação de que o manual, para além de tudo o mais

*Deve ser suficientemente rico para permitir aos estudantes organizarem o seu estudo autónomo e o aprofundamento em casa das matérias abordadas na sala de aula.*

Joaquim, 22 anos de experiência profissional

E Maria explicita o seu pensamento sobre o que pode e deve ser um manual para o ensino secundário:

*Procuro sempre encontrar um equilíbrio entre a qualidade científica e a acessibilidade para os alunos. Para mim, mais do que a qualidade do texto de autor, é importante a qualidade, quantidade e variedade de documentos e as possibilidades de exploração desses materiais na sala de aula. Nem sempre o melhor manual para o professor é o melhor manual para os alunos.*

Maria, 20 anos de experiência profissional

Por sua vez, Raquel, partilhando embora a opinião de Maria quanto à necessidade de assegurar a presença de uma grande diversidade de fontes, não deixa de sublinhar a importância que atribui à qualidade e à extensão do texto de autor. Do seu ponto de vista,



*Um manual com um texto de autor demasiado pobre e sintético pode dificultar o trabalho dos alunos quando querem organizar o seu estudo e prepararem-se para os exames nacionais. Por outro lado, a linguagem utilizada no texto de autor não pode ser hermética, deve ser clara, adequada às idades dos alunos e actualizada do ponto de vista científico.*

Raquel, 22 de experiência profissional

Outro ponto comum ao discurso destes professores tem a ver com o facto de sublinharem que, nos livros didácticos para o ensino secundário, a qualidade e a diversidade dos materiais postos à disposição de estudantes e docentes é um factor de grande relevância e que também são importantes as propostas de actividades e as sugestões para exploração das fontes presentes no manual.

Quando instados a formular uma definição de manual ideal, as opiniões não divergem muito e quase que podem ser sintetizados na seguinte fala de Joaquim:

*Para mim, um manual ideal seria algo que combinasse um bom texto de autor que organizasse os conteúdos e orientasse o estudo autónomo dos alunos, com um conjunto alargado de fontes e propostas de exploração dessas fontes. Em casa, o estudante teria um guia de trabalho, na sala de aula teríamos possibilidade de trabalhar os documentos.*

Joaquim, 22 anos de experiência profissional

Maria, cujos 20 anos actividade profissional têm decorrido predominantemente no ensino secundário, discorre um pouco mais sobre um livro didáctico ideal:

*Verdadeiramente, o manual não me faz falta... com o acesso à internet e a outras fontes de informação mesmo na sala de aula... não me faz falta. Mas creio que o manual ideal seria aquele que ajudasse o aluno a ser autodidacta e o professor alguém que orientasse o aluno. O manual deveria ter um texto que ancorasse as questões, perguntas orientadas, fontes primárias e textos historiográficos, diversidade de suportes e de fontes de informação. Devia permitir, favorecer o confronto de versões e propor tarefas. Com aulas de 90 minutos, os alunos têm de estar envolvidos em tarefas a maior parte do tempo, mesmo que a aula tenha uma parte expositiva.*

## Conclusões

Em síntese, estes professores consideram que há diferenças relevantes na forma como apreciam e escolhem os livros didáticos para o ensino básico e para o ensino secundário. No primeiro caso, não deixando de lado o rigor científico na apresentação dos conteúdos, privilegiam a clareza do texto, a diversidade de fontes e de propostas de exploração e a qualidade gráfica (aqui entendida como um factor de atractividade para os alunos). Ponderam igualmente a adequação do manual ao contexto socioeconómico dos estudantes, o seu peso<sup>5</sup> e a resistência do material de que é feito e a relação qualidade/preço.

Já na escolha dos manuais para o ensino secundário, a sua preocupação central vira-se para a qualidade científica dos livros didáticos e para sua capacidade de propor ou permitir trabalho diversificado, quer na sala de aula, quer fora dela. Assim, aqui também pesa na avaliação dos manuais o facto de eles se adequarem ao trabalho autónomo dos estudantes, permitindo-lhes organizar o seu estudo de forma eficaz.

Ideia comum aos professores entrevistados foi a de sublinharem a importância do manual como instrumento orientador das suas práticas docentes – não porque precisem da informação neles contida para leccionarem as matérias, mas porque os manuais põem à sua disposição uma diversidade de fontes que podem seleccionar de acordo com as características das diferentes turmas que lhes cabe leccionar.

Igualmente, todos sublinharam que a principal dificuldade na escolha dos manuais, quer para o ensino básico, quer para o ensino secundário, resulta da conjugação de uma oferta muito diversificada com um tempo muito escasso para o desempenho dessa tarefa.

Finalmente, todos manifestaram a opinião de que, independentemente da maior ou menor necessidade pessoal, a utilização do manual em sala de aula é importante, quer para as estratégias de ensino que definem, quer para as aprendizagens dos estudantes.

---

<sup>5</sup> Embora nas entrevistas realizadas a questão do peso dos manuais apenas tenha sido afluída, é recorrente a preocupação dos professores e dos pais quanto a este factor, uma vez que os estudantes transportam diariamente cerca de cinco ou seis manuais nas suas deslocações de casa para a escola. Embora algumas escolas disponham de espaços adequados para a guarda de manuais e outros materiais escolares, também é verdade que, muitas vezes, há trabalho que tem de ser feito em casa pelos estudantes e que esse trabalho carece do manual.

## Referências

- CARVALHO, R. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: F.C.G., 1996.
- DINIZ, M. E. Que história ensinamos? Que história ensinamos? *Boletim da Associação de Professores de História*, v. 7, p. 8-11, 1983.
- HENRIQUES, R. P. Sob o lema da inovação. *História*, v. 25, p. 51-57, 2000.
- MAGALHÃES, O. *Concepções de História e de Ensino de História*. Um estudo no Alentejo. Lisboa: Colibri/CIDEHUS, 2002.
- NÓVOA, A. Educação nacional. In: ROSAS, F.; BRITO, J. M. B. (Dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. 1. v. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- VILELAS, J. *Investigação*. O processo de construção do conhecimento. Lisboa: Sílabo, 2009.

## Legislação/Documentação Legal

- Lei nº 46/86, de 14 de outubro, da Assembleia da República (Lei de Bases do Sistema Educativo). Disponível em: <<http://dre.pt/pdf1sdip/1986/10/23700/30673081.pdf>>.
- Lei nº 47/2006, de 28 de agosto, da Assembleia da República. Disponível em: <<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16500/62136218.pdf>>.
- Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de agosto, do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://dre.pt/pdf1sdip/1989/08/19800/36383644.pdf>>.
- Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de janeiro, do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://dre.pt/pdf1sdip/2001/01/015A00/02580265.pdf>>.
- Decreto-Lei nº 261/2007, de 17 de julho, do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://dre.pt/pdf1sdip/2007/07/13600/0454304547.pdf>>.
- Despacho nº 415/2008, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, 4 de janeiro. Disponível em: <<http://dre.pt/pdf2sdip/2008/01/003000000/0034900350.pdf>>.
- Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais. Ministério da Educação. Disponível em: <[http://www.dgidec.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositorio%20Recursos2/Attachments/84/Curriculo\\_Nacional.pdf](http://www.dgidec.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositorio%20Recursos2/Attachments/84/Curriculo_Nacional.pdf)>.